



**XI REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA DA
COMUNIDADE DOS PAISES DE LINGUA PORTUGUESA**

Luanda, 26 a 28 Maio de 2009

DECLARAÇÃO FINAL

De 26 a 28 de Maio de 2008 realizou-se em Luanda, República de Angola, a XI Reunião dos Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Ministro da Defesa Nacional da República de Angola, General Kundi Paihama, o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil, Dr. Nelson Jobim, a Ministra da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Dra. Maria Cristina Fontes Lima, o Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, Eng^o. Artur Silva, o Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, Eng^o Filipe Nyusi, o Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, a Ministra da Defesa Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dr^a. Elsa Barros Pinto, e o Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança da República Democrática de Timor-Leste, Sr. Kay Rala Xanana Gusmão.

Participou na Reunião o Director-Geral do Secretariado Executivo da CPLP, Dr. Hélder Vaz, em representação do Secretário Executivo da CPLP.

A sessão de abertura oficial da Reunião foi presidida pelo Ministro da Defesa



Nacional da República de Angola, que desejou as boas vindas a todas as Delegações, agradecendo e saudando a sua presença em Angola, passando a palavra ao Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança de Timor-Leste, na qualidade de Presidente cessante do Fórum de Defesa.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança de Timor-Leste relevou a importância do exercício das funções de Presidente do Fórum de Defesa da CPLP, bem como o facto das reuniões ministeriais serem orientadas para a preservação da paz. Na ocasião, informou que Timor-Leste irá ratificar, até ao final do ano, o Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa. Deu, ainda, nota do processo de reconciliação interna em Timor-Leste e manifestou a sua solidariedade para com a Guiné-Bissau. Concluiu transferindo a Presidência para o Ministro da Defesa Nacional da República de Angola, desejando-lhe as maiores felicidades no seu exercício.

O Ministro da Defesa Nacional da República de Angola, na qualidade de Presidente do Fórum, agradeceu e elogiou a Presidência cessante de Timor-Leste, referindo-se à dinâmica que a área da Defesa da CPLP vem demonstrando desde que a cooperação nessa área foi inscrita como um dos vectores de cooperação da Comunidade. Aproveitou, também, para expressar votos de solidariedade para com a Guiné-Bissau.

Encerrada a sessão de abertura, os trabalhos prosseguiram, sob a presidência do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola, que deu início à Reunião.

O representante do Secretário Executivo da CPLP solicitou a palavra para ler uma mensagem, na qual referiu diversas actividades sectoriais da CPLP, evidenciando o



esforço que tem sido feito e o dinamismo que tem sido empreendido na área da Defesa, bem como o apoio que a CPLP tem dado à Guiné-Bissau, destacando a necessidade de estabilidade interna.

O Ministro da Defesa Nacional da República de Angola submeteu à apreciação o Ponto Prévio da Agenda de Trabalhos, tendo o Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau solicitado que fosse acrescentada uma alínea a) ao Ponto 2, para prestar informação restrita aos seus homólogos sobre a situação no seu país.

Com esta alteração, a Agenda de Trabalhos foi aprovada por consenso.

Debruçando-se sobre o Ponto 1 da Agenda, os Ministros apreciaram a Acta da II Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP, tendo tomado conhecimento dos seguintes pontos:

- Necessidade de elevar o nível de cooperação no sector da Saúde Militar através de criação de um mecanismo de articulação dos Serviços de Saúde Militar, a apresentar na próxima reunião ministerial de Defesa, da densificação e da incorporação da componente operacional da Saúde Militar nos Exercícios FELINO;
- O interesse na realização dos Jogos Desportivos Militares da CPLP;
- Necessidade de dar mais substância às Presidências nos períodos entre reuniões, através da formalização de um Plano de Acção Anual (sistematizando os compromissos ministeriais) e do estabelecimento de contactos mais

Página 3 de 14



regulares entre as Presidências e o SPAD;

- Necessidade de maior coordenação em áreas fundamentais da CPLP, designadamente entre as áreas Político-Diplomática, de Defesa, de Segurança Interna e da Inteligência;
- Continuação da realização das reuniões de Directores de Política de Defesa imediatamente antes das reuniões ministeriais, sem prejuízo de realizarem, sempre que a situação o justifique, reuniões complementares;
- Necessidade de ultrapassar alguns constrangimentos que afectam o funcionamento do CAE, como sejam o atraso nas contribuições, a desactualização dos Estatutos e a pouca actividade dos Núcleos Nacionais, garantindo maior eficácia na sua actuação;
- Implementação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores como grande prioridade, no imediato, dos trabalhos da componente de Defesa da CPLP, nela concentrando esforços e recursos;
- Questões ligadas ao mar como uma das principais preocupações da componente de Defesa da CPLP.

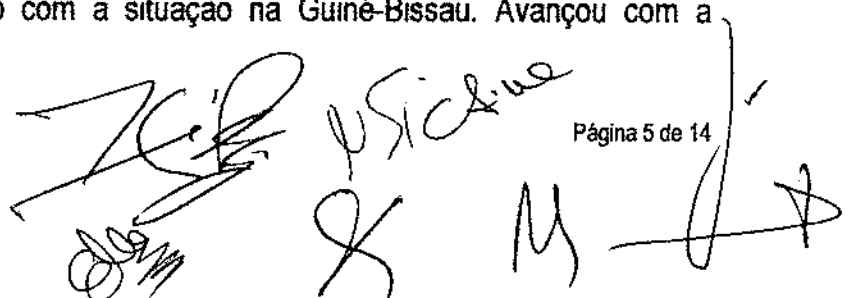
A Acta da II Reunião de Directores de Política de Defesa foi aprovada por consenso e com um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido e pelos temas apresentados.



Passando ao Ponto 2 da Agenda, o Ministro da Defesa Nacional da República de Angola deu a palavra aos chefes das Delegações para procederem à análise das questões internacionais e das implicações político-militares no contexto regional para os Estados-membros da CPLP.

O Ministro da Defesa Nacional da República de Angola, General Kundi Paihama, referiu-se à situação interna de Angola, designadamente ao quadro político resultante das eleições de 2008 e aos efeitos da crise internacional no país. No domínio da Política Externa, deu nota da abertura a parcerias diversas, detendo-se na relação com a China que, disse, não desvaloriza as parcerias com os países da CPLP, e discorreu sobre as situações na RDC, no Sudão/Darfur, no Golfo da Guiné. Informou da preocupação de Angola com a imigração ilegal e o tráfico ilícito de drogas e diamantes. Destacou o esforço que vem sendo feito na reorganização das Forças Armadas de Angola e na reinserção social digna dos ex-militares. Considerou que Portugal pode ser um "pivot" no relacionamento com a NATO, num quadro alargado de parcerias, e que a CPLP deve actuar compatibilizando interesses e objectivos.

O Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil, Dr. Nelson Jobim, informou da recente aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, que coloca a Defesa como garantia do Desenvolvimento e do Meio Ambiente, e da constituição do Conselho Sul-Americano de Defesa, que visa a consulta e concertação multilateral sul-americana. Considerou necessário que, no actual contexto internacional, os países criem capacidades nacionais para dizerem "não" quando os seus interesses não sejam acautelados, e alertou para a necessidade de integrar socialmente as populações, sob pena de se poder facilitar a ocorrência de convulsões sociais e populismos negativos. Manifestou muita preocupação com a situação na Guiné-Bissau. Avançou com a

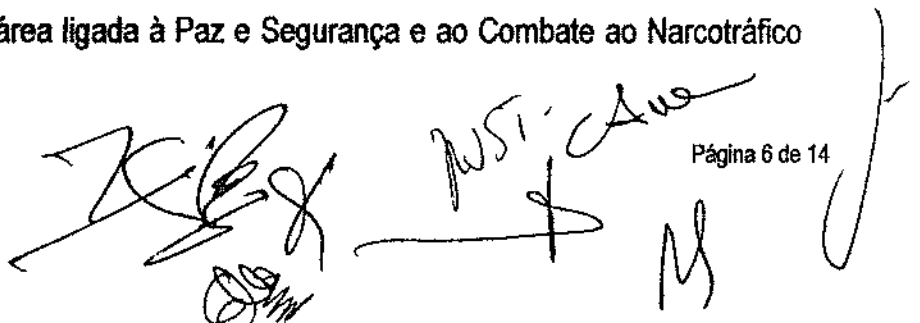




necessidade de fortalecimento político da relação Sul/Sul, razão pela qual tem feito várias visitas a África, evidenciando o posicionamento estratégico de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné e de Cabo Verde na fronteira entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Finalmente, no quadro dos processos de extensão da Plataforma Continental e da exploração dos recursos minerais na "Área", suscitou a preocupação com a forma como virão a ser feitas as concessões de exploração de fundos marinhos por parte da Comissão do Direito do Mar, e as suas repercussões nas linhas de comunicação marítima hoje existentes, o que recomendaria que a CPLP concertasse posições nesta matéria.

Relativamente a este último ponto, os Ministros apresentaram várias dúvidas e preocupações, tendo sido adoptada consensualmente a sugestão de Portugal no sentido de a XI Reunião de MDN endereçar aos MNE a sua posição consolidada para os sensibilizar para a necessidade de articulação neste domínio, e dos Ministérios que têm responsabilidades nos assuntos do Mar se articularem nas questões técnicas que daqui decorrem.

A Ministra de Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Dra. Maria Cristina Fontes Lima, afirmou que os Estados devem defender e bater-se pelos recursos a que têm direito, pelo que a própria CPLP se deve organizar para exercer os seus direitos e interesses no Mar, que não são só económicos, mas também estratégicos e de Defesa, propondo a organização de uma conferência da CPLP sobre este tema. Saudou a renovação do empenho do Brasil nas reuniões ministeriais de Defesa e considerou que Cabo Verde e a CPLP devem apoiar a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU. Deu nota da Parceria Especial com a UE e dos desenvolvimentos da área ligada à Paz e Segurança e ao Combate ao Narcotráfico





na CEDEAO. Informou, também, da mudança das mais altas chefias militares, da reforma das Forças Armadas de Cabo Verde e do esforço de reequipamento, limitado pelas capacidades do país, e das parcerias activas para fiscalização marítima. Repudiou as mortes do PR e do CEMGFA da Guiné-Bissau, esperando que seja possível levar até ao fim todas as diligências que permitam o seu esclarecimento. Manifestou interesse em albergar um Centro de Excelência de Formação de Formadores, projecto que deve merecer a concentração de esforços e recursos da CPLP, e informou que o seu país vai fazer um esforço para pagar as suas contribuições para o CAE.

O Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, Eng^o. Artur Silva, afirmou que o processo de Reforma do Sector da Segurança constitui um imperativo nacional para a Guiné-Bissau, sendo muito importante o apoio internacional. Declarou ainda que o actual Governo pretende a estabilidade do país, para criar o Estado de Direito. Nesse processo, indicou como fundamental a reestruturação e reorganização que crie Forças Armadas nacionais, subordinadas ao Poder Político, adequadas à dimensão do país e que sejam factor de estabilidade. Disse que este é um processo de que a Guiné-Bissau se apropria, responsabilizando-se pela sua preparação e execução. Identificou a desmobilização como factor crítico para o sucesso deste processo. Informou que o actual CEMGFA desempenha o cargo a título interino, cabendo ao PR que vier a ser eleito a designação definitiva do mais Alto chefe militar. Agradeceu o apoio da CPLP em todo este processo, e de Cabo Verde ao receber a reunião de Abril sobre a Mesa Redonda de Reestruturação e Modernização do Sector de Defesa e Segurança, bem como os apoios bilaterais que têm sido prestados por Portugal e o Brasil ao nível da Cooperação Técnico-Militar. Informou, ainda, estar previsto ser assinado um Acordo Militar com Angola.



O Ministro da Defesa Nacional da República de Angola sugeriu que a Guiné-Bissau apresentasse um plano de necessidades à CPLP, para analisar os apoios a prestar.

O Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, Eng^o Filipe Nyusi, sugeriu alguma cautela com o nível de desmobilização pretendido na Guiné-Bissau, para evitar perder o controlo sobre muitos militares em simultâneo, manifestando satisfação pelos progressos alcançados por aquele país e congratulando-se pela Conferência realizada em Cabo Verde, em Abril. Deu, também, nota de diversas iniciativas do Governo moçambicano, nomeadamente no combate à pobreza e à criminalidade e ao nível da construção de infra-estruturas. No quadro da Defesa e das Forças Armadas referiu a gestão, com sucesso, do processo de integração de elementos da RENAMO e das Forças Armadas governamentais nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e informou estar em curso a reestruturação e reorganização das FADM, a reabilitação de infra-estruturas, o reequipamento militar e a capacitação institucional, com o apoio de Portugal e do Brasil. No âmbito externo, fez referência ao facto de Moçambique ter assumido a Vice-Presidência do Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, à reunião anual de Comissões Mistas conjuntas com os seus parceiros, à sua participação em Missões de Apoio à Paz com observadores, civis ou militares, casos do Sudão e da RDC, à reactivação das suas capacidades de participar em Missões de Manutenção de Paz, com o apoio do Brasil.

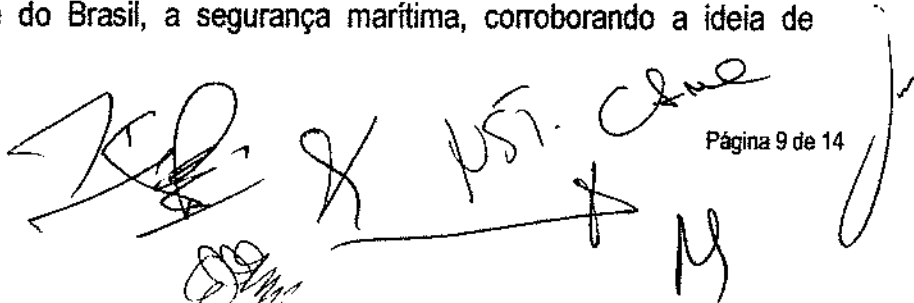
O Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, começou por referir que a CPLP não é uma organização como as outras pois dispersa-se por 4 continentes, o que constitui uma força e não uma

PSI. AUS
Página 8 de 14



fraqueza, podendo funcionar como valor acrescentado para cada um dos países que a compõem nas áreas regionais onde se integram. Acrescentou que Portugal é, sempre, na UE e na NATO, a voz dos países de língua portuguesa. Indicou que os Centros de Excelência devem ser prioridade da CPLP, pois, ao criar esta rede, harmonizam-se procedimentos, doutrina e melhora-se a interoperabilidade entre Forças Armadas. Referiu-se à Segurança Marítima ao nível dos riscos e ameaças que afectam todos os países da CPLP, casos da pirataria e dos tráficos ilícitos, bem como das preocupações suscitadas pelo Brasil sobre a Plataforma Continental, Fundos Marinhos e "Áreas". Disse que o CAE pode ser potenciado através de maior dinamismo e iniciativa dos Núcleos Nacionais e da acção do próprio país hóspede, Moçambique. Quanto à Guiné-Bissau, agradeceu a franqueza do Ministro da Defesa Nacional guineense, e disse apoiar o estabelecimento da ordem constitucional, sendo absolutamente essencial a subordinação dos militares ao poder político e a apropriação guineense. Em sede de desmobilização, referiu ser necessário que ela seja digna para os militares guineenses pelo que a Comunidade Internacional tem de reunir condições para a financiar.

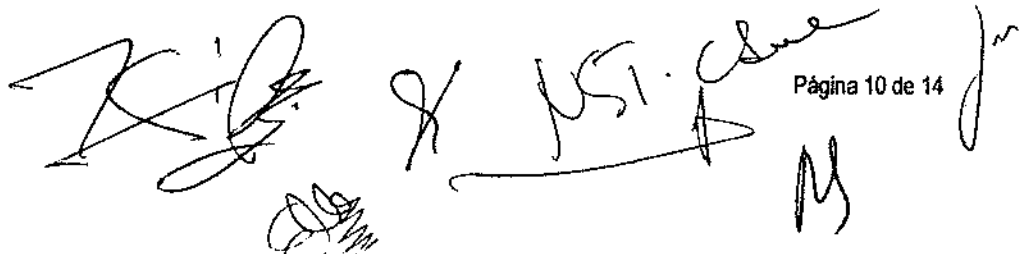
A Ministra da Defesa Nacional da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Dr^a Elsa Barros Pinto, informou que o país vive uma situação interna calma, tendo o Governo lançado um Programa de Segurança Alimentar. Deu nota do quadro eleitoral que decorrerá entre 2009 e 2011, com eleições autárquicas e regionais, legislativas e presidenciais nesse período. Ao nível da Defesa, está a ser reformado o quadro jurídico nacional, está a ser capacitado o factor humano, estão a ser recuperadas infra-estruturas militares e está a ser, gradualmente melhorada, com apoio de Portugal e do Brasil, a segurança marítima, corroborando a ideia de





conjugação de sinergias com vista ao estudo e fixação da plataforma continental dos países membros menos capacitados. No quadro externo, a situação no Delta do Níger e no Gabão e os processos em curso na CEEAC, na CEMAC e na Comissão do Golfo mereceram a sua atenção. Considerou a CPLP um fórum privilegiado para a cooperação na área da Defesa, referindo ser importante implementar as conclusões do 14º Encontro de Saúde Militar da CPLP, dinamizar os Núcleos Nacionais do CAE e continuar a desenvolver o processo dos Centros de Excelência. Relativamente à Guiné-Bissau, disse registar a transparência da exposição do seu homólogo guineense e desejar que a concórdia e o diálogo prevaleçam e que a Guiné-Bissau encontre, rapidamente, o caminho da normalidade, que lhe permita alcançar a estabilidade, a paz e a credibilidade.

O Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança da República Democrática de Timor-Leste, Sr. Kay Rala Xanana Gusmão, informou sobre as reformas em curso no Sector da Defesa e Segurança, consubstanciadas na aprovação pelo Parlamento das Leis de Segurança Nacional e Defesa Nacional e na alteração da lei do serviço militar, que passou a voluntário, bem como a capacitação dos Serviços de Inteligência Militar e Policial. Informou da estabilidade interna que se regista em Timor-Leste e das iniciativas que têm vindo a ser feitas para capacitar as Forças Armadas e a Polícia timorenses, relevando especialmente o processo de recrutamento de novos recrutas, agradecendo o apoio de Portugal, através da Cooperação Técnico-Militar, e do Brasil, no Código de Justiça Militar. Considerou as questões do Mar como de grande importância para a CPLP, e em especial para Timor, nomeadamente face às ameaças da pirataria e de todo tipo de tráfico, seja de droga, de armas e seres humanos. Referindo-se à Guiné-Bissau estabeleceu algumas semelhanças entre a situação ocorrida com os assassinatos do PR e do





CEMGFA e os atentados de 11 de Fevereiro, em Dili, ao PR e ao PM, e considerou decisivo que sejam os guineenses a definir os planos de apoio internacional. Relevou, finalmente, a necessidade de atender devidamente aos antigos combatentes, sendo a sua dignificação condição essencial de estabilidade interna.

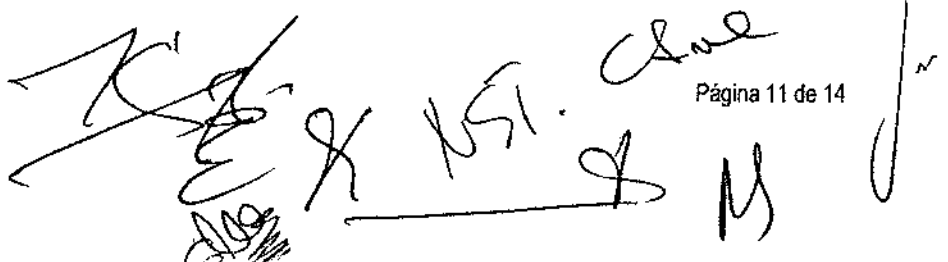
No que se refere aos Pontos 3 a 9 da Agenda, os Ministros consideraram-nos já aprovados pelo facto de terem aprovado a Acta da II Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP.

O Ministro da Defesa Nacional de Angola apresentou uma reserva quanto ao Ponto 7, informando não estar em condições de assinar, de imediato, a Declaração Ministerial que aprova a presença de observadores de outros países ou organizações no Exercícios FELINO, uma vez que não tem, ainda, a necessária autorização presidencial.

Os restantes Ministros tomaram nota desta impossibilidade e acordaram, por consenso, assinar a referida Declaração no decorrer desta Reunião, aguardando que o Ministro da Defesa Nacional de Angola o faça logo que devidamente habilitado para tal.

Relativamente ao ponto 10, e em cumprimento de decisões ministeriais anteriores, um representante da Direcção dos Serviços de Saúde do EMGFAA, Dr. Miguel Gaspar, fez uma apresentação sobre a Gripe A e as grandes endemias.

Os Ministros discutiram que apoios podem os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas prestar, ao nível nacional e da cooperação no quadro da CPLP, na





prevenção e no combate a este tipo de doenças.

Dessa discussão foi possível retirar as seguintes conclusões: o Ministério da Saúde é a entidade máxima nesse combate; as Forças Armadas podem actuar complementarmente aos Serviços de Saúde civis; importa que os Pontos Focais da Saúde Militar possam apresentar uma proposta sobre formação e troca de experiências neste domínio; o Brasil manifestou disponibilidade para transmitir a experiência da participação das suas Forças Armadas no Plano de Contingência nacional, bem como para treinar equipas de prevenção e combate a epidemias e endemias.

Nesta ocasião, os Ministros assinaram o Memorando de Entendimento para o Exercício Felino 2009, a Declaração Ministerial que aprova a presença de observadores de outros países ou organizações no Exercícios FELINO (com a excepção de Angola, pelas razões acima indicadas) e a Declaração que aprova o Modelo dos Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP.

Decidiram também aprovar a Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau.

Feita aos vinte e oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e nove, em Luanda, República de Angola.

O Ministro da Defesa Nacional da República de Angola

General Kundi Paihama



O Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil


Dr. Nelson Jobim


A Ministra da Defesa Nacional da República de Cabo-Verde


Dra. Maria Cristina Fontes Lima

O Ministro da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau


Eng.º Artur da Silva

O Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique


Eng.º Filipe Jacinto Nyusi

O Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa


Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira



**A Ministra da Defesa Nacional da República Democrática de São Tomé e
Príncipe**

Dr.ª Elsa Maria Pinto

**O Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança da República
Democrática de Timor-Leste**

Kay Rala Xanana Gusmão